

10960 - Uso de alimentos orgânicos na alimentação escolar no estado de Santa Catarina: perfil dos agricultores familiares e presidentes de cooperativas e percepção sobre os benefícios.

Use of organic food for school feeding in Santa Catarina state: family farming and presidents of cooperatives profiles and perception about the benefits.

SARAIVA, Elisa B.¹; CORSO, Arlete C. T.²; GONZÁLEZ-CHICA, David A.³;
VASCONCELOS, Francisco A. G.⁴; SCHMITZ, Bethsáida A. S.⁵; CALDEIRAS, Gilberto V.⁶

¹ Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar de Santa Catarina (CECANE/SC), ^{2,3,4,5} Programa de Pós-graduação em Nutrição UFSC/CECANE/SC, ⁶ Curso de Graduação em Nutrição UFSC/CECANE/SC; cecanesc@ccs.ufsc.br

Resumo: O Programa Nacional de Alimentação Escolar é um dos maiores programas sociais na área de alimentação escolar no mundo. O objetivo da pesquisa foi traçar o perfil dos agricultores familiares e dos presidentes das cooperativas nos municípios de Santa Catarina (SC) que usaram alimentos orgânicos (AO) na alimentação escolar (AE) em 2010. Foram entrevistados todos os agricultores familiares (n=96) e presidentes de cooperativa (n=24) dos 52 municípios que comercializam AO. Os presidentes das cooperativas foram mais jovens e com maior escolaridade do que os agricultores. A comercialização de AO aumentou nos últimos anos, mas apenas 12% dos agricultores e 46% das cooperativas possuem certificação dos AO. Quase todos os entrevistados apontaram múltiplos benefícios com uso de AO para o desenvolvimento local e para os estudantes, mas o acesso às informações e assistência técnica sobre a certificação é uma limitante. Os resultados mostram um panorama promissor para uso de AO na AE.

Palavras-Chave: alimentação escolar, agricultura familiar, alimentos orgânicos, certificação de alimentos orgânicos

Abstract: The National School Feeding Program (PNAE) is one of the biggest social programs in the field of school feeding program in the world. To draw a family farmers and presidents of cooperatives profile from the towns of Santa Catarina state that used organic food in school feeding in 2010 was the objective of the research. All the families farmers (n=96) and presidents of cooperatives (n=24) from the 52 towns that trade organic food were interviewed. The presidents of cooperatives were younger and showed higher educational level than the farmers. The commercialization of organic food increased in the last years, but only 12% from the farmers and 46% of the cooperatives showed organic sustenance certification.

The majority of the interviewers showed multiple benefits from the use of organic food to the local development and to the students, however the access to information and technical assistance on certification is a limitante. The results showed a promising future to the use of organic food to school feeding.

Key Words: school feeding, family faming, organic food, certification of organic food

Introdução

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é um dos programas sociais mais antigos do país na área de segurança alimentar e nutricional e um dos maiores programas na área de AE do mundo. O PNAE visa promover a alimentação saudável e adequada, respeitando os hábitos alimentares, a cultura e a tradição alimentar da localidade,

pautando-se na sustentabilidade e diversificação agrícola da região (BRASIL, 2009a).

Para vincular a AE com a AF, o PNAE estabeleceu no Art. nº 14 da Lei nº 11.947/2009 que do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE para a AE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da AF, do empreendedor familiar rural ou de suas organizações e, sempre que possível, priorizar os alimentos orgânicos e/ou agroecológicos. Com esta normativa o PNAE pretende não apenas promover a alimentação saudável e adequada dos escolares, mas também estimular o desenvolvimento rural dos agricultores familiares, assim como valorizar e reconhecer a importância do trabalho que estes representam na soberania alimentar do país (BRASIL, 2009a).

Baseado nestas prerrogativas, o CECANE/SC desenvolveu, no ano de 2010, uma pesquisa para avaliar o perfil dos fornecedores de AO e a percepção quanto aos benefícios do uso de AO na AE.

Metodologia

Para a efetivação da primeira fase foi aplicado um questionário *online* encaminhado às Secretarias de Educação de todos os 293 municípios de SC para se obter informações sobre quais destes municípios estavam usando alimentos provenientes da AF e quais estavam usando AO para a alimentação escolar.

Todos os municípios que responderam o questionário da primeira fase e que estavam comprando AO para a AE foram visitados. Nestes municípios foram entrevistados todos os fornecedores de AO para a AE: os agricultores familiares e os presidentes de cooperativa de agricultores familiares. Nas entrevistas foram utilizados questionários com perguntas estruturadas, as quais foram previamente testadas para avaliar a qualidade do instrumento e a compreensão das perguntas por parte dos entrevistados. Nestes questionários foram avaliados o perfil sociodemográfico dos agricultores familiares e dos presidentes de cooperativas, assim como a percepção dos entrevistados quanto aos benefícios da utilização desses alimentos na AE. Foram investigados também dados sobre a produção de AO e sobre a certificação destes produtos.

Resultados e discussão

Do total de 293 municípios do estado de Santa Catarina, as secretarias de educação de 264 municípios responderam o questionário sobre o uso de alimentos da agricultura familiar (90,1%). Dos municípios respondentes, 54 relataram utilizar alimentos orgânicos na alimentação escolar (20,5%). Dois destes municípios foram utilizados num estudo piloto para testar os questionários, estando a amostra final constituída pelos agricultores familiares e presidentes de cooperativas de 52 municípios.

Foram entrevistados 96 agricultores familiares e 24 presidentes de cooperativas de agricultores familiares. Houve predomínio do sexo masculino em ambos os grupos (73% e 67% respectivamente). Entre os agricultores familiares 55% dos entrevistados tinham menos de 50 anos de idade e 74% referiram ter até oito (08) anos de escolaridade. Entre os presidentes das cooperativas estes percentuais foram 83% e 29% respectivamente.

Quase a metade dos agricultores familiares começou a produção de AO anteriormente à promulgação da Lei 11.947/2009, e apenas 13% começaram a partir de 2009. Já em

relação às cooperativas, 73% foram criadas antes dessa Lei. Por sua vez, a comercialização com o município dos AO começou a partir da criação da Lei com 64% dos agricultores familiares e 99% das cooperativas. Apesar do avanço na comercialização com os municípios, apenas 23% dos agricultores familiares e 50% das cooperativas afirmaram que os produtos comercializados possuem ou estão em processo de certificação dos AO. Em ambos os casos a principal forma de certificação recebida é a certificação participativa (73% e 64% respectivamente).

Entre aqueles que não possuem certificação (64 agricultores e 11 cooperativas), o principal motivo apontado foi que em nenhum momento foi solicitada a certificação para realizar a comercialização dos produtos (78% e 83%, respectivamente). Também foi mencionada a dificuldade de acesso às informações sobre certificação (38% e 67%), o alto custo do processo de certificação (30% e 50%), o desconhecimento sobre a necessidade de certificação (31% e 25%) e a falta de assistência técnica para a produção de AO (26% e 83%). Vale destacar que apenas 31% dos agricultores familiares e 25% das cooperativas que não possuem certificação de orgânicos apontaram como motivo o desconhecimento da necessidade de certificação.

Tabela 1. Perfil dos agricultores familiares, dos presidentes das cooperativas e características da produção e comercialização dos alimentos orgânicos nos municípios que compram alimentos orgânicos para a alimentação escolar no estado de Santa Catarina, 2010.

	Agricultores familiares		Presidente de cooperativa	
	N	%	N	%
Sexo				
Feminino	26	27,1	8	33,3
Masculino	70	72,9	16	66,7
Idade				
20-39 anos	23	23,4	8	33,3
40-49 anos	32	33,3	12	50,0
50-59 anos	34	35,4	3	12,5
>=60 anos	7	7,3	1	4,2
Escolaridade				
0-4 anos	47	49,0	0	0,0
5-8 anos	24	25,0	7	29,2
9-11 anos	20	20,8	9	37,5
>=12 anos	5	5,2	8	33,3
Ano que começou produção de orgânicos				
Até 1998	19	20,9	0	0,0
1999-2003	17	18,7	2	9,1
2004-2008	43	47,3	16	72,7
2009-2010	12	13,2	4	18,2
Ano que começou a fornecer para alimentação escolar				
Até 1998	2	2,1	0	0,0
1999-2003	3	3,2	0	0,0
2004-2008	29	30,9	1	4,6
2009-2010	60	63,8	21	99,4
Possuem certificação de orgânicos				
Não	64	67,4	12	50,0
Em processo	11	11,6	1	4,2
Sim	11	11,6	11	45,9
Desconhece/não soube informar	9	9,5	0	0,0
Forma de certificação				
Auditoria	2	18,2	4	36,4
Participativa	8	72,7	7	63,6
Outro (IBD)	1	9,1	0	0,0
Motivo de não certificação (n=64)				
Desconhecia necessidade	20	31,3	3	25,0
Alto custo	18	29,7	6	50,0
Dificuldades de acesso às informações	23	37,5	8	66,7
Falta assistência técnica	15	26,6	10	83,3
Não foi solicitada para comercialização	50	78,1	10	83,3

Quanto à percepção sobre os benefícios que o consumo de AO na AE pode trazer não apenas entre as crianças, mas também para a comunidade, todos os agricultores e presidentes das cooperativas referiram que o uso de AO apresenta benefícios para a saúde das crianças e no rendimento escolar e, 95,8% dos agricultores referiram que o uso destes alimentos aumenta a conscientização ambiental. Da mesma forma, todos os entrevistados concordaram no benefício que o uso destes alimentos traz para a economia regional, para a proteção do meio ambiente e para a saúde dos produtores, porém aproximadamente de 7% dos agricultores familiares e 4% dos presidentes de cooperativas referiram que o uso destes alimentos não aumenta as fontes de emprego.

Quanto à percepção sobre os benefícios que o uso de AO pode trazer para os agricultores familiares, todos os entrevistados referiram benefícios tanto para os agricultores familiares como para o meio ambiente. Apenas 88% dos agricultores referiram que existiria aumento nas fontes de emprego, mas praticamente todos referiram que houve melhoria da renda familiar com a produção deste tipo de alimentos. Aproximadamente 5% dos agricultores e dos presidentes das cooperativas relataram que a produção de AO não garante que os mesmos sejam vendidos.

Tabela 2. Percepção sobre os benefícios do uso de alimentos orgânicos entre os municípios que compram alimentos orgânicos para a Alimentação Escolar no estado de Santa Catarina, 2010.

	Agricultores Familiares (n=96)	Presidente de Cooperativa (n=24)
	% respostas afirmativas	% respostas afirmativas
Benefícios aos alunos com uso de alimentos orgânicos	100,0	100,0
Melhora saúde em geral	100,0	100,0
Melhora rendimento escolar	100,0	100,0
Maior preocupação com a natureza	100,0	95,8
Benefícios para comunidade com uso de alimentos orgânicos	100,0	100,0
Melhora economia regional	100,0	100,0
Aumenta oferta de empregos	93,3	95,8
Protege meio ambiente	100,0	100,0
Melhora saúde de produtores	100,0	100,0
Benefícios para os agricultores	100,00	100,00
Garantia de venda da produção	95,0	96,0
Proteção ao meio ambiente	100,00	98,0
Aumenta a oferta de empregos	100,00	88,0
Melhora a renda familiar	100,00	99,0
Outros benefícios	100,00	100,0

Após um ano entre a instauração da lei e a aplicação desta pesquisa, nota-se que ainda é deficiente a compra de AO na maioria dos municípios catarinenses. Apesar disso, os resultados apontam que uma parcela significativa dos municípios de SC está comprando AO para a AE.

Quanto à percepção dos entrevistados sobre os benefícios do consumo de AO na escola, foi um consenso entre todos os atores envolvidos neste processo que o uso de orgânicos

apresenta benefícios diversos que justificam a sua utilização na AE.

A utilização de AO nas escolas promove a formação de hábitos alimentares saudáveis além de despertar a consciência ambiental e a responsabilidade social dos estudantes. Mas, esses benefícios vão além da escola, pois colabora com o desenvolvimento econômico local, a permanência e a valorização do homem no campo e a soberania alimentar e nutricional das futuras gerações.

Bibliografia Citada

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). **Lei 11.947 de 16 junho de 2009**. Brasília, 2009a.